

PROFESSORES LEIGOS NO PIAUÍ: O INGRESSO E A PERMANÊNCIA NA PROFISSÃO DOCENTE NO MEIO RURAL.

Maria do Perpetuo Socorro Castelo Branco Santana (UFPI)
m.socorro_santana@hotmail.com

No período de 1940 a 1970, o Brasil, e especialmente, o Piauí vivenciava um contexto de transformações políticas, sociais e econômicas que acarretaram, por sua vez, mudanças na população. Naquele momento, o país deixava de ser predominantemente rural para se tornar mais urbano. Essa “modernização” se refletiu nas escolhas e nos caminhos educacionais percorridos pelo país, em especial, no Ensino Primário. Neste período, o Estado vivenciou um processo de urbanização, sem vinculação direta com a industrialização inserindo-se no quadro de desenvolvimento do restante do país, sendo este intensificada a partir da década de 1950.

Contudo, para Rêbello mais de 80% da população residia na zona rural e esta urbanização ocorreu no Piauí, principalmente, pela facilidade de acesso entre um município e outro, garantindo a população do Estado o acesso aos bens de consumo e à educação, promovido segundo Cunha e Silva (1947), principalmente, com a melhoria dos meios de transportes e a inserção de ônibus e caminhões no interior do Estado.

Assim, nas décadas de 1940 a 1970, a maior parte da população era analfabeta havendo uma busca por melhores qualificações pressionando o governo federal a voltar sua atenção para o Ensino Primário, especialmente, na zona rural. Esta precariedade no Ensino Primário foi acarretado pela falta de material didático, prédios escolares adequados e professores qualificados. Neste período, era muito comum a presença de professores leigos no espaço escolar, em especial na zona rural. Elas garantiam escolas às crianças destas áreas, como também auxiliavam na permanência dessa população no seu lugar de origem, evitando por algum tempo o êxodo rural. Deste modo, o presente texto é resultado de uma pesquisa de mestrado em andamento e tem como objetivo analisar o processo de inserção dos professores primários na zona rural, como também, compreender as práticas desenvolvidas por esses professores que no início de sua carreira não receberam uma formação escolarizada específica para a docência e estavam

inseridos em espaços escolares desafiadores para o desenvolvimento de suas atividades docentes.

Para atingir tal objetivo, utilizou-se como fonte entrevistas temáticas com ex-docentes, alunos e pessoas das comunidades rurais, por acreditar que as memórias dos entrevistados reorganizarão um corpo de informações auxiliando na compreensão do cotidiano escolar rural e das práticas destes professores. Além disso, utilizou-se de documentos oficiais e artigos encontrados nos jornais que circulavam no recorte temporal da pesquisa. Essas fontes constituíram nosso principal material de análise, de forma a inventariar nas mesmas as ações desenvolvida para educação rural no recorte temporal de 1940 a 1970 como forma de analisar como se constituía o Ensino Primário rural e por quais transformações ele passava no Piauí nas décadas analisadas. A escolha do recorte trabalhado nesse artigo é justificada, devido nesse período ter fomentado políticas públicas de qualificação para os professores, como forma de diminuir o número de professores leigos no sistema de Ensino Primário do Piauí e fixar um corpo docente no meio rural.

O ingresso de professores rurais leigos na profissão e o exercício da docência no Piauí de 1940 a 1970

Um dos problemas que contribuía para agravar os obstáculos enfrentados pelo Ensino Primário no meio rural e que estava vinculada a falta de prédios escolares era o reduzido número de professores que trabalhavam na zona rural brasileira. Além disso, a maioria dos professores que ministravam aulas nos interiores do Brasil não se achava habilitados para exercer a função pedagógica, sendo que muitos não tinham a formação de Escola Normal. Nesse caso, de nada adiantaria qualquer plano de expansão do Ensino Primário no Brasil sem desenvolver no decorrer do mesmo, ou antes, programas que possibilitassem a formação do corpo docente existente, nesse período, à altura da necessidade da escola presente tanto na zona urbana quanto na rural. Esta falta de formação do professorado era vinculada o abandono dos bancos escolares pelos alunos do meio rural. Encontramos essa vinculação nos jornais da época, como exemplifica o trecho do artigo de Cunha e Silva

O semi-analfabetismo, no Piauí, como em outros Estados do Brasil, é grande em virtude da deficiência de cultura dos professores primários

leigos, sobretudo nas escolas públicas dos povoados e lugarejos dos sertões (CUNHA E SILVA. Marcha para o centro, “O Piauí”, 29/11/1947).

Como meio para abrandar essa situação no Brasil o Ministério da Educação promoveu a construção imediata de escolas de Ensino Normal em todo o país que tinha como finalidade promover a preparação de professores regentes de ensino, atendendo às regiões que até aquele momento eram desprovidas de instituições dessa natureza. Esses prédios além de aparelhamentos pedagógicos adequados deveriam ser servidos de uma seção de internato que ofereceria uma melhor oportunidade aos candidatos ao magistério da zona rural. Sendo assim, paralelo a essa ação do Ministério da Educação, o INEP desenvolveu uma mesma ação com a finalidade de qualificar os professores dos Estados e Territórios brasileiros com o financiamento e a manutenção de bolsas de estudos na capital federal. Essa situação de professores que não eram habilitados agravou tanto a conjuntura do Ensino Primário como agravou também a situação do analfabetismo no país.

Assim, nos pontos mais distantes das regiões brasileiras no período de 1940 a 1970 era muito comum a presença de professores leigos no espaço escolar, em especial na zona rural, pois “eles” garantiam escolas às crianças destas áreas, como também auxiliavam na permanência dessa população no seu lugar de origem, evitando por algum tempo o êxodo rural. Segundo Brasileiro (1994) com a expansão da rede escolar no país cresceu na década de 1940 cerca de 40% o número de professores leigos no Brasil sendo que o preenchimento desses cargos se dava principalmente por questões clientelistas.

Esse quadro não era estranho ao Piauí. Segundo Brito (1996) para se diminuir o número de professores leigos no país o governo federal investiu na construção e instalação de escolas normais rurais como forma de preparar adequadamente os professores para exercer sua profissão no meio rural. Essas instituições originam-se no início da década de 1940 e vão se intensificar nos anos posteriores como uma política educacional como forma de atender aos interesses da população rural. Com isso, nas décadas de 1940 e início dos anos de 1970, mais de 50% dos docentes exerciam sua profissão sem o mínimo de formação pedagógica, é claro, que essa situação variava de acordo com a localização do Estado.

Essa ação de habilitar os docentes leigos data de 1943 com a criação da Escola Normal de Juazeiro do Norte, porém naquele período essas ações não foram adiante

sendo que somente na segunda metade da década de 1940 que essas ações ganharam feições mais concretas com a criação de 40 escolas normais rurais por todo o Brasil. Para Brito

O Piauí conveniu com o INEP a construção de três dessas escolas normais rurais, das quais uma foi localizada em Campo Maior, outra, na cidade de Piripiri e a terceira não chegou a ser construída em virtude da indefinição do local, pois enquanto alguns políticos pretendiam localizá-la em Parnaíba outros defendiam sua instalação em Picos (1996, p.108).

Isso ficou claro no trecho da mensagem em que o governador relatou que “[...] pelo terceiro, com a importância de..... Cr\$ 6.000.000,00, para a construção e equipamento de 3 escolas normais rurais, nos Municípios de Piripiri, Campo Maior e Picos. Desse último Acordo, ainda não foi recebida qualquer quantia” (PIAUI, 1949, p. 23). Todavia, o alto número de professores leigos nas séries iniciais no Piauí, tanto na zona urbana como na zona rural permaneceu por muito tempo sem solução sendo dessa forma um dos principais problemas para a fixação de uma política educacional compatível com as exigências da demanda de desenvolvimento econômico e educacional daquele período. Assim, de acordo com as mensagens governamentais a presença de professores leigos no Estado nas três primeiras décadas do recorte temporal dessa pesquisa era significativa como mostra a tabela abaixo

Tabela 1: Professores Leigos no Piauí

Ano	Nº de Professores leigos
1942	449
1952	994
1962	778

Fonte: Piauí, 1942, 1952, 1962

Como podemos perceber na análise da tabela uma parte dos professores que constituíam o corpo docente do Estado era formado por professores leigos sendo que estes em sua maioria exerciam sua profissão na zona rural possibilitando a parcela da população que residia naquele meio um acesso a uma educação mais formal mesmo esta sendo ofertada de forma precária. Assim, no ano de 1942 o Piauí possuía na zona rural 449 professores leigos e no ano de 1952, 994 docentes leigos aumentando num período

de dez anos 545, isto é, ocorreu um aumento de mais da metade em relação ao número de professores do ano de 1942.

Todavia, com todas as discussões acerca da presença de professores leigos no Piauí a uma diminuição do número de professores leigos no ano de 1962 como mostra a tabela 1, porém esse número ainda permanece elevado em relação ao número de professoras diplomadas chamando atenção tanto da sociedade civil como do poder público.

Outro ponto observado nas fontes escrita refere-se a inserção dessas professoras na profissão. Muitas dessas professoras inseriram-se na profissão docente como forma de auxiliar economicamente as despesas de casa, como mostra o trecho da reportagem escrita pela professora Cristina Leite ao jornal “O Dia” quando relata que

Pode-se-ia alegar que mulher não sustenta a casa, não tem responsabilidade de família. Alegação essa que não subsiste. São raros os casos em que a professora, se solteira não contribuir com os vencimentos dos pais e irmão, se casada, quase sempre, o marido ganha insuficiente, e, se viúva, ai de todo é que é o pior (LEITE, Cristina. A professora primária. “O Dia”, 5/01/1958).

Assim, muito dessas professoras ingressam na profissão docente como forma de obter uma complementação da renda familiar amenizando as dificuldades financeiras. No entanto, para muitos estudiosos uma professora primária para exercer tal profissão deveria preencher alguns requisitos uma vez que o magistério primário representa uma das mais trabalhosas áreas do exercício docente. Nesse contexto, para Cunha e Silva

O ensino das primeiras letras constitui o mais perfeito teste para saber se alguém tem verdadeira inclinação para o magistério, pois quem não tem gosto e paciência para ensinar as primeiras letras para crianças e aos adultos não pode ser bom professor primário. Para ministrar o ensino primário exige-se vocação especial, vocação igual que se exige para o sacerdócio (CUNHA E SILVA. Nossas professoras. “O Dia”, 13/01/1952).

Esses professores em sua maioria eram nomeados geralmente pelos prefeitos ou eram indicados pelos chefes políticos do interior. Segundo Rodrigues “O grau de dependência político-partidário de professores leigos reforça sua manipulação e reduz sua autonomia quer na escola quer na comunidade” (1999, p.17). Desse modo, ocorria principalmente na zona rural, na qual das sete professoras entrevistadas, todas foram

indicadas pelos prefeitos na época em que exerciam esses cargos como mostra o relato de nossas entrevistadas abaixo

Aí Mario Nogueira foi prefeito aqui e nomeou eu para ser professora. Um tio meu levou a nomeação para mim ser professora lá. Aí eu nem queria, mermã, com medo de não saber ensinar. Mas depois eu fiquei. Porque ele era conhecido de meus tios (LUSTOSA, 2010).

Por que foi o prefeito, eu votava para esse prefeito, o Mário Nogueira ai ele me deu esse empreguinho de professora (LUSTOSA, 2010).

Nesse sentido, as escolhas dos professores para ministrarem aula no meio rural não consideravam o nível de escolaridade da postulante, mas principalmente, a indicação político-partidária e esses aceitavam por não ter outra opção de trabalho. Para Rodrigues

Na falta absoluta de professores habilitados, os elementos de melhores níveis de escolaridade, nem sempre, são os que ocupam esta função. Uns porque não aceitam as condições salariais existentes; outros, nem ao menos são cogitados, visto que a administração é efetivada por critérios político-partidários e às vezes não pertencem à mesma ala política de quem exerce o poder (1999, p.29).

Assim, o elevado número de professores leigos tanto na zona urbana, mas principalmente na zona rural, além de esta ligado a fatores de ordem sócio-econômica e política nas décadas de 1940 a 1970, esta também vinculado ao partido político que esta no poder no momento como demonstra a fala da entrevistada que corrobora com o pensamento do autor acima quando relata os motivos pelo qual deixou a profissão.

Eu trabalhei de 53 a 59 e 59 só foi até o mês de maio, ai eu deixei. Eu deixe por que o prefeito que entrou nessa época não era do meu lado, eu não votei nele, ai ele achou... Botou outra professora do lado dele e eu deixei de ser professora (LUSTOSA, 2010).

Nessas décadas – 1940 a 1970 – o ensino rural ficou a maior parte do tempo sendo administrado quase que em sua totalidade pelo município sendo que esse não possuía estrutura física e técnica o que dificultava ao mesmo de estabelecer uma política educacional viável de forma que atendesse a população rural adequadamente e oferecesse aos professores condições matérias para que estes pudessem desenvolver suas atividades. Sendo assim, aliado a esses motivos e aos baixos salários tornava-se

difícil a fixação de corpo docente na zona rural o que acabou por reforçar a evasão de professores qualificados nesse meio em busca de melhores empregos e especialmente melhores salários na zona urbana.

Com isso, na sociedade piauiense continua-se uma discussão acerca do salário docente sendo que em diversos períodos esse ponto foi lembrado tanto pelo poder público, como pela sociedade civil que destacou nos folhetins de circulação diária sua preocupação com a questão salarial. Desse modo, Cristina Leite em um dos seus artigos no jornal o “O Dia” sobre as professoras primárias posiciona-se sobre o tema quando relata sobre a reivindicação do salário do magistério primário,

Desde que o mundo é mundo, que o operário é operário simplesmente e professora primária porque faz essa coisinha à-toa – meter o bê-a-bá na cabeça de uns tantos de garotos levados, põe-se a reclamar, a desejar aumento de salário (LEITE, Cristina. A professora primária. “O Dia” 09/01/1958).

É importante ressaltar, que a importância dada a educação rural no recorte temporal trabalhado nesse artigo, apesar de transferir grande soma de recursos financeiros aos municípios com a finalidade de melhorar as condições de vida das populações carentes não modificam o salário do professor que permaneceu muito baixo como relata muitas das professoras entrevistadas uma vez que o valor desses salários muitas vezes era abaixo do mínimo obrigando essas entrevistadas a deixarem acumular cerca de três salários como forma de compensar o deslocamento da localidade a sede do município.

No que se referem ao salário as entrevistadas relatam que não lembram a quantia, porém, ressaltavam que era pouco e mal dava para comprar alguma coisa. O valor do salário recebido por estes professores pode ser percebido no Decreto-Lei n.91 de 2 de maio de 1946 assinado pelo prefeito de Campo Maior Joaquim Antônio de Oliveira no artigo 5 no qual dizia que:

Artigo 5: Ficam fixados em Cr\$ 2.400,00 os vencimentos anuais dos respectivos professores (PIAUÍ. Campo Maior, 1946).

Nesse sentido, percebe-se o pouco valor dado a profissão docente no meio rural, devido o baixo salário que eles recebiam o que dificultava a fixação de corpo docente e a permanência dos mesmos na profissão e no meio rural facilitando a inserção de professores leigos pelo interior do Estado. Dessa forma, nas localidades do Piauí no

período de 1940 ao ano de 1970 tornava-se difícil a fixação de um corpo docente diplomado devido o baixo salário e também devido as dificuldades econômicas e sociais encontradas nessas localidades tornando favorável a contratação de professores leigos para ministrarem aula nesses locais.

Para Rodrigues (1999) a expansão da escola rural no Piauí significou também uma pressão política por emprego, uma vez que o estabelecimento de ensino tornava-se um cabide de emprego político tendo como consequencia a desvalorização profissional e o rebaixamento dos salários, pois o salário que poderia pagar melhor um professor pagava vários. Assim, muitas das entrevistadas quando não eram casadas e iam trabalhar nos lugarejos dos municípios piauiense tinha que receber ajuda das famílias que habitavam a comunidade como coloca o entrevistado abaixo

Chegava na casa de um fazendeiro e eu dizia: eu vou botar aqui uma pessoa e você vai dar uma pensão e o que faltar eu intero. Mas eu quero um quarto de sua casa. Eu quero colocar uma professora formada para ensinar seus filhos e o dos outros. [...] Aí quando uma passava, às vezes, seis meses naquela casa daquele fazendeiro eu mudava ela para casa de outro fazendeiro. Para não ficar só nas costas deles. Mas ninguém negava (Paraguassu, 2010).

Desse modo, recebendo ajuda da comunidade as professoras se mantinham nessas localidades e desenvolviam seus trabalhos de acordo com os recursos disponíveis naquele contexto. Nesse sentido, para Rodrigues

Anterior ao problema salarial, a questão do professor leigo rural relaciona-se com adoção de uma política educacional inadequada, a aplicação de critérios subjetivos (políticos-partidários) na admissão e demissão de professores leigos no quadro do magistério e por último, a carência de recursos humanos qualificados para o exercício da docência no meio rural (1999, p.47).

Uma tentativa para diminuir o quadro de professores leigos foi realização da provas de habilitação para eles como mostra a portaria abaixo de n. 631 do Departamento da Educação.

Portaria nº S.A./631

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ, usando de suas atribuições legais,
RESOLVE designar os Inspetores de Ensino Heli da Rocha Nunes, Clovis Lopes dos Reis e Alcebiades Vieira Chaves, para, constituídos

em Comissão, sob a Presidência do primeiro, julgarem as provas de habilitação de professores leigos, enviadas pelos Inspectores do Ensino atualmente em viagem pelo interior do Estado.

Publique-se e Cumpra-se.

Odilon Nunes

Diretor Geral

Serviço de Administração, D. E. em Teresina, 18 de outubro de 1947. (PIAUÍ. Secretaria de Educação do Piauí. Portaria nº. S.A. 631.Caixa420, Anos: 1946 – 1972, Teresina, 18 out. 1947).

Essa portaria mostra a preocupação do poder público já desde os anos de 1940 em diminuir o número de professores leigos no Estado, como também demonstra uma forma de controle do poder público municipal e estadual sobre a contratação dessas professoras dando início a retirada da antiga forma de contratação dos professores, ou seja, retirando a forma clientelista de contratação de professora.

Essa preocupação de seleção de professores continua em décadas posteriores, como percebemos no ano de 1960 quando governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues relatou na mensagem a Assembléia Legislativa que para solucionar o problema do professor rural o meio mais adequado seria a seleção desse candidato ao magistério rural que aconteceria através dessa prova que exigia o mínimo de conhecimento indispensável a um professor de curso primário. Assim, nesse ano foi também foi realizado uma prova de habilitação aos professores leigos, aplicada tanto na capital do estado como nos municípios de mais fácil acesso a esses professores.

A aprovação nessa prova era condição essencial para que o mesmo, segundo o governador exercesse o cargo no ensino rural piauiense, não sendo aberta nenhuma exceção como se fazia em outros tempos que a nomeação se dava meramente por interesse político-partidário. Esse fato permaneceu em anos posteriores uma vez que essas provas demonstravam também o conhecimento que essas professoras adquiriram em curso de formação e também devido a exigência da legislação a partir da década de 1970 como mostra o artigo do jornal “O Dia” o qual diz que

As professoras leigas, sem primário ou pedagógico, só poderão lecionar para rede oficial de ensino com cursos de qualificação, em face da Lei da Reforma do Ensino, que prevê para a partir de 1974, as mestras devidamente titulada (Professoras Leigas em cursos especiais. “O Dia”, 13/12/1972).

Assim, a seleção de professores por meio de concurso vincula-se não só a questão política, mas também a uma exigência da Reforma do Ensino que passa a determinar que

somente professores habilitados passem a ministrar aulas tanto na zona urbana, como na zona rural como forma de diminuir o número de professores leigos.

Outro ponto observado, diz respeito a prática desses professores em sala de aula, ou seja, as professoras repassavam os conteúdos aos alunos conforme haviam sido ensinadas por seus professores, esse fato era reforçado pelas condições em que estavam inseridas as escolas rurais. Em síntese as práticas dessas professoras rurais resumem-se ao ensinar a ler e escrever como mostra trecho da entrevista abaixo

Passava no quadro o dever para aqueles mais atrasados no quadro para eles copiarem. Depois que eles copiavam eu passava para o caderno, direitinho a limpo. Aí eu passava para os outros. E assim consegui. Nesse outro períodos que os outros tava copiando do quadro já tava ensinando, por que era mesmo que ser papagaio né? Ensinado os outros que era até do ABC. Era o A, o Bê. Olhando quem tava fazendo direitinho. Outra hora eu colocava em cima para ele copiar em baixo. Colocava no quadro as letras e aí eles iam tirando do quadro e colocando no caderno (LUSTOSA, 2010).

Sem nenhuma formação os professores leigos rurais significaram nessas décadas o acesso da população rural a um conhecimento formal mesmo este não sendo o ensino adequado ao meio em que os sujeitos estavam inseridos. Entretanto, naquelas décadas já podemos perceber na sociedade piauiense uma preocupação com falta de preparo apropriado para esses professores. Assim, uma charge de Carlos Alberto traz os pré-requisitos necessários que deveriam ter uma professora primária para adequar-se a exigências educacionais daquele momento.



Fonte: A dura lição da professora. “O Dia”, 07/03/1971

Segundo o autor da charge, Carlos Alberto, vincula-se no meio educacional dois tipos de professoras: a ideal e a real. Essa charge resume uma pesquisa no qual foi retirado os pré-requisito necessário as essas professora que conforme essa reportagem são:

À direita, o que seria a professora ideal: 1) conhecimentos especializados; 2) coração de mãe; 3) grade protetora do coração para evitar envolvimento emocionais; 4) mãos suaves e acariciantes; 5) olhar meigo e compreensivo e 6) auréola de santidade. A professora real à esquerda: 1) conhecimentos especializados (poucos); 2) Muitas preocupações; 3) Olheiras profundas; 4) orelhas vermelhas de ouvir críticas; 5) braços cansados; 6) bolsa vazia; 7) pés grandes para andar muito e 8) pernas fortes para se necessário jogar futebol (A dura lição da professora. “**O Dia**”, 07/03/1971).

A charge mostra então, a realidade educacional no que se refere a formação dos professores, enfatizando também as dificuldades vivenciada pelas professoras tanto no meio rural, quanto urbano o que fazia com que muitas delas desistissem da profissão e na primeira oportunidade procurassem um outro emprego que oferecesse um salário melhor como também melhores condições de trabalho motivo pelo qual muitos dos lugarejos piauiense ficarem entregue a própria sorte e sem condição de ofertar um ensino a sua população. Outro motivo que levava as professoras rurais a desistirem de exercerem da profissão docente era devido terem que ofertarem a seus filhos um maior nível de estudo como relatou as entrevistadas abaixo:

[...] eu fui ensinar no Riacho Grande, em 1949, aí também pelo Instituto, mas foi quando, em 1948, seu Nalvo Cunha foi prefeito aqui aí me pôs como professora do município depois continuei no Riacho Grande mesmo em 1948, 1949, 1950, 1951 tava no Riacho Grande, mas na casa do município no Brejo e depois de 1949 eu ensinei até 1962 no lugar também perto do Riacho Grande por nome Cocos, aí eu ensinei até 1962. Aí eu mudei para aqui para colocar meus filhos na escola (Evita Lozeiro, jan. 2010).

[...] eu queria vir para cá, para a cidade, pois eu já era viúva. E queria botar meus filhos na escola. Meus filhos estudavam lá, mas era escolinha do interior era fraca (Zélia Lozeiro, jan. 2010).

Dessa forma, as professoras rurais entrevistadas deixavam a profissão com a finalidade de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos filhos, isto é, proporcionando um nível de escolaridade muito maior aos filhos, pois nas localidades como relatou a filhos das professoras sendo que a única solução para elas seria a saída do magistério.

Considerações Finais

Nesse âmbito, a construção desse artigo se justifica inicialmente pela reflexão feita acerca do processo de inserção dos professores primários leigos na zona rural e como as práticas desenvolvidas por esses professores influenciaram na constituição da historiografia educacional piauiense, em especial, a rural, uma vez que esses dois elementos – professores leigos e suas práticas docentes – foram essenciais para o desenvolvimento de políticas educacionais para o meio rural. Sendo assim, a análise desse artigo se centrou na escola rural e no professor leigo que estavam presente na constituição da historiografia educacional rural piauiense.

Portanto, percebe-se na análise das fontes orais e escritas que a presença dos professores leigos no ensino rural piauiense era significativa, pois no início da primeira década analisada o corpo docente rural era constituído de 449 professores leigos. Esse fato era decorrente principalmente da evasão de pessoas qualificadas para zona urbana que oferecia mais conforto e melhor qualidade de vida. Isso contribuía tanto no êxodo rural, como também na permanência desses professores leigos na instrução pública do Estado do Piauí.

Vale salientar, no entanto, que por diversas vezes já ressaltado pelos governadores em suas mensagens à Assembléia Legislativa que esses mesmos professores – tanto os diplomados, como os professores leigos – enfrentavam as mais diversas situações, desde a falta de estrutura física, à falta de material didático adequado, como também baixos salários, o que tornava possível a permanência de professores leigos no interior do Estado.

Outro fato que contribuía para enorme taxa de professor leigo no Estado era o fato dos professores em sua maioria serem indicados por políticos, fato que perdurou durante muito tempo no interior do Estado. Estes professores leigos adquiriram sua prática ainda na sua infância quando estudavam o Ensino Primário. Dessa forma, elas ensinavam da mesma forma como haviam aprendido. Isso aliado a outros fatores relatados anteriormente impossibilitou em diversos momentos a expansão do ensino rural no Piauí e acentuou a permanência de professores leigos no sistema de ensino do Estado, especialmente, no meio rural.

Referências

A DURA LIÇÃO DA PROFESSORA. “**O Dia**”, 07 mar.1971.

BRASILEIRO, Helena Márcia Rabello. **Professor leigo e políticas educacionais**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1994.

BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

CUNHA E SILVA. Marcha para o centro, “**O Piauí**”, 29 nov. 1947

_____. Nossas professoras. “**O Dia**”, 13 jan.1952.

MAIA, Eni Marisa. Educação Rural no Brasil: o que mudou em 60 anos? **Em Aberto**. Brasília, INEP 1 (9): 27-33, 1982

LEITE, Cristina. A professora primária. “**O Dia**” 09 jan.1958.

_____. A professora primária. “**O Dia**”, 5 jan. 1958.

PIAUI. (Mello). Relatório do Interventor Leônidas de Castro Mello apresentado ao Presidente da República em jul. 1942.

_____. (Furtado). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em sua sessão ordinária em 1949, pelo governador José da Rocha Furtado.**

_____. (Freitas). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em sua sessão ordinária em 1952, pelo governador Pedro de Almendra Freitas.**

_____. (Oliveira). Prefeitura Municipal de Campo Maior. **Decreto Lei nº91**. Campo Maior, 18 de out. 1946.

_____. (Rodrigues). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em sua sessão ordinária em 1962, pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues.**

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. A era das Escolas Rurais Primárias na Paraíba (1935 a 1960). IN: SCOCUGLIA, Afonso Celso & MACHADO, Chaliton José dos Santos. (Orgs). **Pesquisa e Historiografia da Educação Brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

PROFESSORAS LEIGAS EM CURSOS ESPECIAIS. “**O Dia**”, 13 dez. 1972.

RODRIGUES, José Ribamar Tôrres. **Educação além do asfalto: um estudo sobre as concepções e práticas do professor leigo rural**. Teresina: EDUFPI, 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1998.

Depoimentos

LOZEIRO, Evita da Cunha. Depoimento concedido a Maria do P. Socorro C. B. Santana. Corrente, jan. 2010.

LOZEIRO, Zélia Maria. Depoimento concedido a Maria do P. Socorro C. B. Santana. Corrente, jan.2010.

LUSTOSA, Jeudí da Rocha. Depoimento concedido a Maria do P. Socorro C. B. Santana. Corrente, jan.2010.

LUSTOSA, Maria da Cunha. Depoimento concedido a Maria do P. Socorro C. B. Santana. Corrente, jan.2010.

PARAGUASSU, Jesy Lemos. Depoimento concedido a Maria do P. Socorro C. B. Santana. Corrente, jan.2010.